



Por um 1º de Maio Internacionalista e Classista! Por um 1º de Maio com independência de classe, contra os governos e os capitalistas!

Manifesto PPRI - 1º da maio de 2024

Lutar contra a colaboração de classe no Brasil

Neste 1º de Maio, a classe operária, os trabalhadores assalariados em geral e a juventude têm muito pelo que lutar: as condições de vida das massas só pioraram nos últimos anos e décadas. O emprego informal e o trabalho por "conta própria" (precarizado) respondem por 2/3 da mão-de-obra ocupada no país. A média salarial atualmente é inferior à média de dez anos atrás, o que significa rebaixamento salarial da força de trabalho. Com as últimas reformas da Previdência (2019) e Trabalhista (2017), os assalariados enfrentam jornadas mais amplas, recebem menos e têm menor perspectiva de aposentadoria.

Esse quadro, produzido pela ação dos governos e dos capitalistas, teve como complemento a conciliação das burocracias sindicais, que não combateram os ataques e a piora nas condições de vida das massas. Houve, sobretudo, na última década e, particularmente, nos últimos anos, profunda colaboração das direções políticas das Centrais e dos sindicatos com os patrões e os governos. Não chegáramos a esse quadro de destruição de postos de trabalho formais, rebaixamento salarial, perda de direitos, sem que houvesse a colaboração de classe dos que deveriam defender o operariado e o conjunto dos explorados – as direções políticas sindicais –, com a burguesia e seus governos.

Em especial, no último ano, vimos uma colaboração mais intensa das direções dos sindicatos e das Centrais com o atual governo federal, constituído pela frente ampla burguesa. O governo Lula é de unidade entre as esquerdas e a direita burguesa, no qual as esquerdas participam subordinadas à direita. Como essas direções apoiam e integram mais

esse governo do PT, as "esquerdas" se viram comprometidas a dar "governabilidade" a ele, sustentando-o politicamente em contradição com as reais necessidades mais sentidas dos explorados, obstaculizando ou mesmo se opondo diretamente às necessidades e às lutas que foram surgindo no último período. Entre as traições que as direções sindicais e as burocracias produziram, podemos citar a colaboração com o salário-mínimo de fome, de R\$ 1.320,00 em 2023, e de R\$ 1.412,00, em 2024. Não houve uma só direção sindical que se tenha levantado contra a manutenção da miséria que representa esse salário-mínimo, e que submete a maioria nacional à fome, já que 60% da população vive com até 1 salário. Não houve, igualmente, uma só luta contra a nova política de austeridade fiscal, o Arcabouço fiscal, que é pró-imperialista e pró-capital financeiro. Também foi vergonhosa a atuação das direções das Centrais, sobretudo, da CUT e da Força Sindical, no que se refere à aprovação da Reforma Tributária e do orçamento para 2024. Ambas as Centrais elogiaram o governo por suas propostas, em vez de combatê-lo. Em particular, a Reforma Tributária pesará sobre a classe média, e piorará a situação de municípios e estados mais pobres –, tudo para concentrar mais recursos para a União, que deve despejá-los no ralo sem fundo da Dívida Pública.

Além de não combater o governo federal, que dirige as políticas macroeconômicas que pioram a condição de vida dos trabalhadores, as direções sindicais também não combatem o plano dos capitalistas, que têm fechado postos de trabalho, como no caso da FORD, que fechou todas as suas fábricas no país, ou mais recentemente, no caso da GM, que demitiu

mais de mil operários, e cujas direções políticas apenas negociaram no campo definido pelas próprias multinacionais ("negociação" em torno dos Programas de Demissão Voluntária – PDVs). Agora, em março, vimos como a maioria das Centrais Sindicais (CUT, Força, CGT, CTB) apoiaram o PLC 12/2024, de regulamentação do trabalho dos motoristas de aplicativos, que é um profundo ataque das empresas privadas, donas dos aplicativos, contra as condições de trabalho dos motoristas, que estarão mais submetidos às regras, à excessiva carga horária, e às taxas que os aplicativos impõem. Nada de bom saiu da colaboração entre as direções políticas sindicais e os patrões e governos, resultando no quadro de piora geral de vida das massas.

Este 1º de Maio deve servir, então, para combater a política dos capitalistas e dos governos, mas também das direções políticas sindicais que traem os interesses gerais dos trabalhadores, da juventude, e da classe operária, em particular. Este 1º de Maio deve servir para defender um programa de reivindicações, com seus métodos correspondentes, que expresse, de fato, a defesa da vida das massas exploradas e oprimidas do país. Esse programa deve ter como central a defesa dos empregos, dos salários, dos direitos, contra a política privatista e a política pró-imperialista de sustento do parasitismo financeiro (Arcabouço fiscal). Deve ser erguida através dos métodos da ação direta, o que significa a organização das passeatas, dos atos, das mobilizações de rua, que culminem com paralisações, ocupações e a greve dos trabalhadores. Apenas as greves setoriais e gerais têm a potencialidade para derrubar as medidas e os ataques da burguesia e de seus governos.

continua |>

Em defesa do Salário Mínimo Vital (hoje de cerca de R\$ 7 mil, pelos cálculos do DIEESE), da Escala Móvel das horas de trabalho e de reajuste, contra o privatismo e o parasitismo financeiro. Não pagamento da Dívida Pública! Erguer o programa de reivindicações com os métodos da ação direta (greve, passeatas, atos, ocupações) contra a conciliação de classes!

Lutar contra a colaboração na luta de classes em nível internacional

A mesma colaboração de classes que vemos no Brasil, vemos na luta de classes em nível internacional. Enfrentamos, inclusive, uma grande contradição entre a ação das massas, que se têm colocado ao lado do povo palestino contra o genocídio do Estado sionista de Israel, e a ação dos governos e das burguesias, que continuam a apoiar materialmente o Estado genocida.

Durante os últimos meses, a classe operária, trabalhadores e juventude de diferentes países têm realizando protestos, boicotes, ocupações, em solidariedade ao povo palestino e por ruptura de todos os acordos com o Estado sionista. Portos e aeroportos na Espanha e na Bélgica foram paralisados por sindicatos operários para impedir o envio de suprimentos e equipamentos para o sionismo; na Itália e na Grécia, também o proletariado organizado se negou a enviar armas, na Índia, as confederações de sindicatos, além de boicotar o envio de trabalhadores para substituir os palestinos, como queria Israel, apresentou inúmeras declarações contrárias ao genocídio. Milhões saíram às ruas tanto na Europa quanto nos EUA. Recentemente, a juventude universitária norte-americana ocupou com centenas de barracas os campus universitários pelo país pelo cessar fogo imediato. Todos esses movimentos e ações concretas revelam a solidariedade internacional à causa palestina, e têm em comum a exigência de rompimento imediato e geral de todos os acordos dos governos com o Estado de Israel. Vê-se que a omissão ou apoio dos governos ao sionismo ocorre em oposição à mobilização de massas, mostrando abertamente o caráter de classe do genocídio e a cumplicidade dos governos, mesmo os que se colocam pela saída “pacífica”, como o governo do Brasil, que condena o genocídio, mas continua com todos os acordos diplomáticos, científicos e econômicos com o sionismo.

O problema da Palestina concentra várias das contradições políticas e econômicas que marcam a conjuntura deste 1º de Maio. O conflito revela como o expansionismo militar imperialista precisa, necessita, ampliar as tendências bélicas, para fazer frente à crise econômica, à desaceleração econômica das potências, que vivem processos recessivos e inflacionários, mas, ao mesmo tempo, revela as fragilidades desse expansionismo, que se choca com a força econômica dos Estados operários degenerados (China e Rússia, sobretudo), que os ultrapassa no campo do desenvolvimento das forças produtivas e na corrida armamentista. Reafirmamos que China e Rússia são Estados Operários degenerados, porque sua base econômica e social ainda é a propriedade estatal/nacionalizada, e porque suas forças econômicas são dirigidas por uma burocracia que poderia, mas não pretende, frear o conflito em Israel, porque não quer se envolver em guerras enquanto avança no mercado mundial. A traição das burocracias dos Estados operários comprova, mais uma vez, a necessidade de erguer e difundir o programa

da Revolução Política nesses países, enquanto erguemos o programa da Revolução Social, nos países imperialistas, que potencializam as guerras e a barbárie, assim como nos países atrasados, cujos governos se subordinam ao imperialismo e se convertem em instrumentos de ataques a salários, empregos e direitos.

A ação dos governos imperialistas e semicoloniais encarna a direitização da política burguesa, de modo que governos de “esquerda” ou de “direita” respondem às mesmas diretrizes de ataque à vida das massas, com contrarreformas e parasitismo dos orçamentos públicos dos Estados, para salvaguardar o lucro do capital financeiro, bem como mantém as tendências bélicas, apoiando direta ou indiretamente os conflitos e as guerras abertas.

É tarefa da classe operária nacional e internacional também combater a ação do imperialismo, cujos tentáculos se materializam em ataque à vida das massas em todas as partes do globo. A luta pela “revolução mundial” se inicia a cada dia, agora, para libertar o povo palestino. Devemos hoje, ainda, lutar contra os governos que mantêm acordos com o imperialismo e com o sionismo. O que significa levantar uma luta contra o pagamento da Dívida Pública e contra todos os acordos com o Estado de Israel. A defesa da vida das massas, por meio de suas reivindicações, de seus métodos de luta, e particularmente, a luta contra toda a ajuda ao Estado de Israel, com o boicote e greve ao envio de suprimentos, armamentos e qualquer ajuda, é o ponto de partida para a luta internacional de solidariedade ao povo palestino. Nos EUA, na Europa, parcelas da Ásia e no Oriente Médio, as massas e, sobretudo, a classe operária têm mostrado o caminho para a derrota do Estado sionista. É daí que partimos, para defender os Estados Socialistas do Oriente Médio, por meio da Revolução Proletária. É por meio da ação radicalizada das massas, que defendemos o fim do Estado de Israel e o apoio incondicional ao povo palestino, incluindo sua organização armada, e o Hamas, mesmo não apoiando a sua política, apoiamos a sua ação de enfrentamento à máquina de guerra israelense, como apoiamos os ataques dos Houthis aos navios pró-sionistas, e ficamos ao lado do Irã contra Israel e os EUA. A luta do proletariado palestino é também a nossa luta nesse momento. E toda derrota do imperialismo e do sionismo, diante dos conflitos que ergue, é uma conquista para o proletariado mundial, para a sua consciência e para sua organização em partido mundial da revolução socialista.

Cessar fogo já! Ruptura de todos os acordos do Brasil com Israel!
Todo apoio à luta palestina!
Fim do Estado sionista de Israel!
Pela derrota militar do imperialismo e do sionismo!